

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the letters "E-P".

Anexos às Demonstrações Financeiras



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Ponto 8 do POCAL)

As notas que a seguir se apresentam visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras, apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 8. 2 do POCAL, no art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e Resolução n.º4/2001 e n.º6/2013 do Tribunal de Contas, tendo por finalidade complementar a análise da Gestão Autárquica obtida do Balanço e da Demonstração de Resultados

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações.

Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

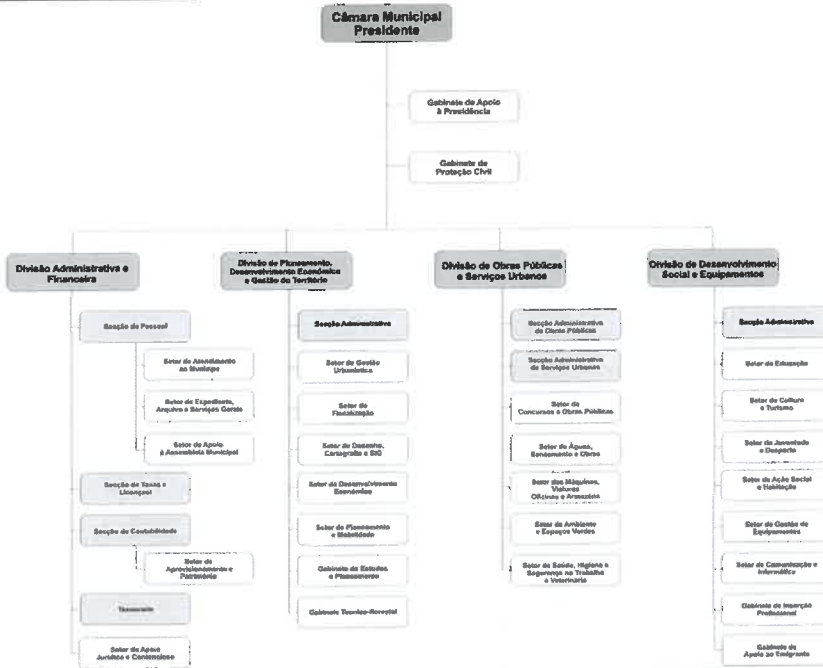


8.1 CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 5.1 do POCAL e por via da Resolução nº6/2013 - 2ª secção do Tribunal de Contas - D. R. II série, nº 226 de 21 de novembro de 2013)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	Município do Peso da Régua	3 ENDEREÇO POSTAL	Praca do Município 1004 - 013 Peso da Régua
2 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	506829260	TELEFONE / FAX	2543202307254314365
4 REGIME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO: Regime Geral do POCAL	5 NÚMERO DE ELEITORES	16.068	6 LEGISLAÇÃO: Lei n.º 95/2013 de 12 de setembro
7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA (ORGANOGRAMA, QUANDO APLICÁVEL, A INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CONSULTIVA E DE FISCALIZAÇÃO):		Fonte: Cadornas Eleitorais	
7.1 Organograma			



7.2	Organização Interna	<table border="1"> <tr> <th>Forma Orgânica</th> <th>Data de Aprovação</th> <th>Data de Publicação</th> <th>Diário da República</th> </tr> <tr> <td>Forma Orgânica</td> <td>27 de dezembro de 2012</td> <td>14 de janeiro de 2013</td> <td>II Série n.º 9</td> </tr> <tr> <td>Quadro de Pessoal</td> <td>27 de dezembro de 2012</td> <td>14 de janeiro de 2013</td> <td>II Série n.º 9</td> </tr> <tr> <td>Reestruturação de Serviços</td> <td>27 de dezembro de 2012</td> <td>14 de janeiro de 2013</td> <td>II Série n.º 9</td> </tr> </table>	Forma Orgânica	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República	Forma Orgânica	27 de dezembro de 2012	14 de janeiro de 2013	II Série n.º 9	Quadro de Pessoal	27 de dezembro de 2012	14 de janeiro de 2013	II Série n.º 9	Reestruturação de Serviços	27 de dezembro de 2012	14 de janeiro de 2013	II Série n.º 9
Forma Orgânica	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República															
Forma Orgânica	27 de dezembro de 2012	14 de janeiro de 2013	II Série n.º 9															
Quadro de Pessoal	27 de dezembro de 2012	14 de janeiro de 2013	II Série n.º 9															
Reestruturação de Serviços	27 de dezembro de 2012	14 de janeiro de 2013	II Série n.º 9															

8 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES: Desempenho das funções Sociais como a educação, ação social, habitação social, serviços culturais e recreativos, bem como distribuição de água e resíduos sólidos, transportes Escolares, tal como está definido na atribuição de competências aos Municípios na Lei 159/95 de 14 de Setembro.

9 RECURSOS HUMANOS (IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIRECÇÃO DA ENTIDADE):

De 1 de Janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

Presidente	José Manuel Gonçalves
Vice-Presidente	Eduardo José de Sousa Cardoso
Vereadores	Eduardo Jorge Ribeiro Pinto
	Maria José Fernandes Lacerda
	Agostinho Gonçalves Alves da Santa
	Maria do Céu Ramos
	Bruno Miguel Botelho Gonçalves

10	RESUMO (N.º DE MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO):	11	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/ordenamento, demonstrações financeiras intervalares, quando existirem, existência ou não de descentralização contabilística e em caso afirmativo, breve descrição do sistema utilizado e do modo de articulação com a contabilidade central. O Município do Peso da Régua, utiliza a aplicação POCAL da M.ª editada desde 2002. O sistema informático funciona em rede, no modo cliente-servidor, sendo que a componente cliente corre na plataforma Windows e a componente servidor em plataforma SQL.
Em regime de Permanência	2	OBSERVAÇÕES:	
A meio tempo	0		
Outros	5		

12	INDICADORES DE GESTÃO:	13	AÇÕES INSPECTIVAS:
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 555 735,06 €	Identificação das ações inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF), com incidência na Gerência e nos 3 anos anteriores:	
Fundo de Social Municipal	379.162,00 €	Data da ação:	A decorrer desde 09/08/2018
Participação no RS	449.483,00 €	Período abrangido:	Ano 2017
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	12.407 213,47 €	Entidade:	IGF
Receitas Correntes no ano da gerência em apreciação	13 498 062,55 €	N.º Processo:	2018/230/A/281
Despesas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	4 161 767,56 €		
Despesas de Investimento no ano da gerência em apreciação	1 505 844,08 €		
Despesas com Pessoal no ano anterior ao da gerência em apreciação	4 787 291,30 €		
Despesas com Pessoal no ano da gerência em apreciação	5 081 636,80 €		
Dívidas a Receber de Terceiros no ano anterior ao da gerência em apreciação	432 274,68 €		
Dívidas a Receber de Terceiros no ano da gerência em apreciação	685 697,87 €		

14 INDICAÇÃO DA QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS RESULTANTES DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS EM QUE A ENTIDADE PARTICIPA E/OU EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:
Não se aplica

15	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:	16	REGULAMENTOS/DIRECTIVAS INTERNAS:
A Entidade tem Serviços Municipalizados?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	A Entidade tem regulamentos/directivas internas relativas às áreas contabilística, financeira e de controlo interno?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Se respondeu Sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		Se respondeu Sim, especifique quais e indique no caso de recurso a empresa de consultoria ou auditoria, as áreas de actuação abrangidas: REGULAMENTO APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 23/2/2002	

17	DOCUMENTOS DE GESTÃO:																
	<table border="1"> <tr> <th>Documentos</th> <th>Data de Aprovação pelo Órgão Executivo</th> <th>Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo</th> <th>Observações</th> </tr> <tr> <td>Grandes Opções do Plano</td> <td>26 de outubro de 2018</td> <td>6 de dezembro de 2018</td> <td>2019</td> </tr> <tr> <td>Orçamento</td> <td>26 de outubro de 2018</td> <td>6 de dezembro de 2018</td> <td>2019</td> </tr> <tr> <td>Documentos de Prestação de Contas</td> <td>11 de abril de 2019</td> <td>23 de abril de 2019</td> <td>2018</td> </tr> </table>	Documentos	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações	Grandes Opções do Plano	26 de outubro de 2018	6 de dezembro de 2018	2019	Orçamento	26 de outubro de 2018	6 de dezembro de 2018	2019	Documentos de Prestação de Contas	11 de abril de 2019	23 de abril de 2019	2018
Documentos	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações														
Grandes Opções do Plano	26 de outubro de 2018	6 de dezembro de 2018	2019														
Orçamento	26 de outubro de 2018	6 de dezembro de 2018	2019														
Documentos de Prestação de Contas	11 de abril de 2019	23 de abril de 2019	2018														

18 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE:

(Handwritten notes and signatures in blue ink)

AP

g

8.1.6 - O Município de Peso da Régua, no exercício de 2020 começou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo o Município tomado todas as diligências necessárias com vista à sua adequada implementação.

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1. Não houve derrogações às disposições previstas no POCAL. Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização, consistência e materialidade.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2. do POCAL.

O Plano Plurianual de Investimentos foi efetuado de acordo com o classificador funcional definido no ponto 9.1 do POCAL.

8.2.3. Para efeitos de avaliação e atualização dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos bens de Domínio Público da Autarquia e em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1 e nas alíneas h) e i), do n.º 2, do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e tendo em conta o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais -POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, e pelos Decreto-Lei Nº 315/2000 de 2 de dezembro e Nº84-A/2002 de 8 de abril, foram elaboradas as Normas Internas de Inventariação e Cadastro do Património Municipal.

Assim, os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao Imobilizado Corpóreo e bens de Domínio Público foram os que constam dessas Normas, os quais obedecem às disposições do POCAL e do CIBE.

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

- a) Os Investimentos Financeiros - Partes de Capital, foram avaliados ao custo de aquisição.
- b) As Dívidas de e a Terceiros, são expressas pelas importâncias constantes nos respetivos documentos que as titulam.
- c) As Disponibilidades em Caixa e em Depósitos Bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- d) As Amortizações foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE.

8.2.7. Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas amortizações e provisões, podem ser resumidos nos mapas do Ativo Bruto e Amortizações e Provisões que a seguir se apresentam. Os valores reportam-se às aquisições do exercício.




ATIVO BRUTO

Rúbricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.148.322,87 €	0,00 €	6.941.136,90 €	0,00 €	0,00 €	8.089.459,77 €
41.1	Partes de capital	794.748,87 €	0,00 €	6.941.136,90 €	0,00 €	0,00 €	7.735.885,77 €
41.2	Obrigações e títulos de participação	353.574,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	353.574,00 €
41.4	Investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
41.5	Outras aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	107.232.807,73 €	0,00 €	1.575.058,81 €	0,00 €	6.596.846,49 €	102.211.020,05 €
42.1	Terrenos e recursos naturais	8.919.581,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	83.950,00 €	8.835.631,12 €
42.2	Edifícios e outras construções	93.570.499,15 €	0,00 €	1.131.191,03 €	0,00 €	6.401.385,76 €	88.300.304,42 €
42.3	Equipamento básico	2.050.207,63 €	0,00 €	428.882,08 €	0,00 €	111.510,73 €	2.367.578,98 €
42.4	Equipamento de transporte	1.594.186,06 €	0,00 €	1.845,00 €	0,00 €	0,00 €	1.596.031,06 €
42.5	Ferramentas e utensílios	156.635,74 €	0,00 €	5.442,20 €	0,00 €	0,00 €	162.077,94 €
42.6	Equipamento administrativo	208.085,87 €	0,00 €	446,95 €	0,00 €	0,00 €	208.532,82 €
42.9	Outras imobilizações corpóreas	733.612,16 €	0,00 €	7.251,55 €	0,00 €	0,00 €	740.863,71 €
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	192.741,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	192.741,37 €
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	126.514,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	126.514,87 €
43.9	Outras	66.226,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66.226,50 €
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.997.012,48 €	0,00 €	183.086,63 €	0,00 €	1.452.656,89 €	727.442,22 €
44.1	Imobilizações em curso de investimentos financeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	1.869.401,94 €	0,00 €	182.851,13 €	0,00 €	1.435.857,69 €	616.395,38 €
44.3	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	127.610,54 €	0,00 €	235,50 €	0,00 €	16.799,20 €	111.046,84 €
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	20.638.001,41 €	0,00 €	393.053,51 €	0,00 €	11.139.257,15 €	9.891.797,77 €
45.1	Terrenos e recursos naturais	536.577,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	596,55 €	535.981,38 €
45.2	Edifícios	779.756,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	779.756,91 €
45.3	Outras construções e infraestruturas	19.235.574,23 €	0,00 €	393.053,51 €	0,00 €	11.138.660,60 €	8.489.967,14 €
45.9	Outros bens de domínio público	86.092,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	86.092,34 €
TOTAL:		131.208.885,86 €	0,00 €	9.092.335,85 €	0,00 €	19.188.760,53 €	121.112.461,18 €

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	71.074.323,05	3.105.439,88	11.397.113,45	62.782.649,48
48.2	De imobilizações corpóreas	60.200.075,87	2.489.356,99	4202496,12	58.486.936,74
48.2.2	Edifícios e outras construções	56.234.309,63	2.068.211,56	4098835,01	54.203.686,18
48.2.3	Equipamento básico	1.638.988,01	264.356,79	103661,11	1.799.683,69
48.2.4	Equipamento de transporte	1.362.858,99	128.998,55	0	1.491.857,54
48.2.5	Ferramentas e utensílios	149.543,51	3.868,07	0	153.411,58
48.2.6	Equipamento administrativo	197.854,45	2.532,19	0	200.386,64
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	616.521,28	21.389,83	0	637.911,11
48.3	De imobilizações incorpóreas	106.431,12	0	0	106.431,12
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	106.431,12	0	0	106.431,12
48.5	De bens de domínio público	10.767.816,06	616.082,89	7.194.617,33	4.189.281,62
48.5.2	Edifícios	174.593,79	11.491,54	0	186.085,33
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	10.584.613,03	600.286,73	7.194.617,33	3.990.282,43
48.5.9	Outros bens de domínio público	8.609,24	4.304,62	0	12.913,86
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0	0	0	0
49.3	Provisões imobilizações financeiras	0	0	0	0
Total		71.074.323,05	3.105.439,88	11.397.113,45	62.782.649,48

8.2.8 Relativamente aos investimentos, a dívida vincenda do FAM em 31/12/2019 é de 39.286,00€

Divida vincenda a 31/12/2019	Divida vincenda a 31/12/2020	Divida vincenda a 31/12/2021	Saldo
39.286,00 €	19.643,00 €	0,00	39.286,00 €

8.2.12. O Município celebrou com a empresa Águas do Norte um contrato de cedência de infraestruturas de abastecimento de água, saneamento e águas residuais, por 30 anos, para afetação ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento.

Relativamente ao IVA que poderá estar associado à operação de transferência dos equipamentos da distribuição da água em baixa, no âmbito da realização do capital subscrito no final do exercício de 2019 nas Águas do Interior Norte o município irá no exercício de 2020 solicitar à Autoridade Tributária um pedido de informação vinculativa com vista a atuar em conformidade legal.

Relativamente ao contrato de conceção celebrado entre o município e as Águas do Norte o mesmo também será alvo de parecer vinculativo em sede de lva com vista a que o município, de igual forma, atue em conformidade legal, dando cumprimento integral à legislação fiscal a que se encontra sujeito.

Os pedidos de informação vinculativa acima referidos mostram-se necessários em virtude da complexidade e dimensão das duas operações referidas, pouco frequentes e atipicidade.

8.2.15. Em conformidade com o disposto na alínea g), n.º1 do artigo 36º da Portaria n.º671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16. Designação das entidades participadas, com indicação do capital detido.

Designação	Sede	Contribuinte	Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido 2019
Águas do Norte, S.A.	Vila Real	513 606 084	0,42%	264.604.411 €	5.208.557 €
Águas do Interior Norte, EIM, SA	Vila Real	515 684 473	30,72%	(*)	(*)

(*) À data do encerramento de contas o relatório & contas da ADIN não se encontrava disponível.

8.2.22. No ano 2019 foi feito um reforço de cobrança duvidosa no valor de 9.495,10€.

8.2.26. As garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2019, constam no seguinte mapa:

CONTAS DE ORDEM

Descrição	1	Valores	Descrição	2	Valores
Saldo da Gerência Anterior		673.776,61	Garantias e caucões acionadas		
Garantias e Cauções	509.774,79		Garantias e Cauções devolvidas		134.007,42
Recibos de Cobrança	164.001,82		Receita Virtual Cobrada		155.848,73
Garantias e caucões prestadas		66.378,77	Receita Virtual Anulada		21.102,49
Receita Virtual Líquida		197.828,44	Saldo para a Gerência seguinte		627.025,18
Total		937.983,82	Garantias e Cauções	442.146,14	
			Recibos para Cobrança	184.879,04	
			Total		937.983,82

8.2.27. As Contas de Provisões acumuladas desdobram-se em:

PROVISÕES

Conta	Saldo em 01/01/2019	Aumento	Diminuição	Saldo em 31/12/2019
29.1 Para cobranças duvidosas	127.957,20	9.495,10		137.452,30
29.2 Riscos e encargos	4.185.353,36			4.185.353,36
29.3 Para cobranças duvidosas	185.211,93			185.211,93

8.2.28. Na conta 51 - Patrimônio, registam-se os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Muito embora o POCAL preveja, no nº 2, do art.º 10 e ponto 2.1, que o Balanço Inicial deva estar concluído e elaborado à data obrigatória da entrada em vigor do novo sistema contabilístico, tal não inviabiliza que, pela ocorrência de novos elementos patrimoniais que, à data do balanço inicial não foram objeto da respectiva inscrição, os mesmos não possam ser inventariados.

Para o efeito, e estando em causa movimentos contabilísticos que deveriam ter ocorrido aquando da elaboração do Balanço Inicial, com influência no valor do património, deverá em regra ser movimentada a conta 51 - Património. No exercício em análise, não se registou qualquer alteração ao Balanço Inicial.

Na conta 55 - Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas, foi contabilizado um ajustamento no valor de 297.209,84 €, calculado pelo método de Equivalência Patrimonial na entidade participada, Águas do Norte.

A conta 57.5 - Subsídios (Reservas), apresenta uma variação de 1.002.310,02€, justificada pela regularização da contabilização dos subsídios ao investimento auferidos pelo município para financiar bens não amortizáveis (terrenos e mapas)

Resultados Transitados:

Na conta 59 - Resultados Transitados, foram contabilizadas as seguintes situações:

Aplicação do resultado líquida apurado no exercício de 2018, no valor de 2.984.766,45€.

Regularização de amortizações de anos anteriores no valor de 116.040,13€.

Regularização de Subsídios ao investimento, no valor de -5.403.637,51€

8.2.29. O custo das matérias consumidas foi resultado da contabilização de todas as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No início do ano 2019 os bens existentes em armazém era de 88.745,53€ terminando o mesmo ano com existências no valor de 98.253,50€.

Demonstração dos CMVMC

Movimento	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais		88.745,53 €
Compras		466.734,28 €
Regularização de Existências		-3.416,04 €
Existências Finais		98.253,50 €
Custos no Exercício		453.810,27 €

8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros.

Os Custos e Perdas, Proveitos e Ganhos Financeiros ocorridos durante o exercício de 2019 constam do seguinte mapa:

S
P
D
↓
E-P
M
A
J

RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	Ano 2019	Ano 2018		Ano 2019	Ano 2018
681 - Juros Suportados	142.364,22	163.491,95	781 - Juros obtidos		1.375,10
682 - Perdas em entidades participadas			782 - Ganhos em entidades participadas	21.926,06	22.223,42
683 - Amortizações de investimentos em imóveis			783 - Rendimentos de imóveis		
684 - Provisões para aplicações financeiras			784 - Rendimentos de participações de capital		
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças de câmbio favoráveis		
687 - Perdas na alienação de apl. Tesouraria			786 - Descontos de pronto pagamento obtidos		
688 - Outros custos e perdas financeiros	196.214,53	281.258,89	787 - Ganhos na alienação de apl. Tesouraria		
Resultados Financeiros	-315.275,41	-420.886,03	788 - Outros proveitos e ganhos financeiros	1.377,28	266,29
Total	23.303,34	23.864,81	Total	23.303,34	23.864,81

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas, Proveitos e Ganhos Extraordinários ocorridos no exercício de 2019 constam no mapa apresentado:

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	Ano 2019	Ano 2018		Ano 2019	Ano 2018
691 - Transf. de capital concedida	173.317,23	41.408,33	79.1 - Restituições de impostos		
692 - Dívidas incobráveis			79.2 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências	56,35		79.3 - Ganhos em existências	922,50	
694 - Perdas em imobilizações			79.4 - Ganhos em imobilizações	1.939.754,83	
695 - Multas e penalidades	2.373,00	395,73	79.5 - Benefícios penais contratuais	18.409,60	20.868,23
696 - Aumentos amortizações/provisões			79.6 - Reduções amortizações/provisões		1.153.018,50
697 - Correções relat. exercícios anteriores	23.851,02	1.726.928,20	79.7 - Correções relat. exercícios anteriores	25.430,73	273.809,24
698 - Outros custos e perdas extraordinários	3.193,12	96.405,47	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.771.723,83	1.055.960,78
Resultados Extraordinários	4.533.450,77	638.519,02			
Total	4.756.241,49	2.503.656,75	Total	4.756.241,49	2.503.656,75